

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 18 a 22/11/2019):

1. ATIVIDADES DAS COMISSOES PARLAMENTARES	1
Assuntos Económicos e Monetários Constitucionais: Diálogo Económico	
com o Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno	1
Comissão de Agricultura	2
Comissão de Igualdade de Género e Direitos da Mulher	2
2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA 2019-2024 - AUDIÇÕES	2
Audições parlamentares dos candidatos de França, Hungria e Roménia	2
3. PARECERES DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE PROJETOS DE ORÇAN DOS ESTADOS-MEMBROS	MENTO 2
4. REUNIÕES DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA	3
Conselho de Agricultura e Pescas	3
Conselho dos Assuntos Gerais	4
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)	4
Conselho de Educação, Juventude, Cultura e Desporto	4
5. OUTROS ASSUNTOS	4
Debates nos Parlamentos nacionais sobre assuntos europeus	5
Regiões ultraperiféricas - declaração política	5
Orçamento da UE para 2020: acordo entre o PE e o Conselho	5
Donald Tusk eleito Presidente do Partido Popular Europeu	5
Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO	6
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu (Sessão Plenária)	6
Conselho da União Europeia	6



1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

Assuntos Económicos e Monetários Constitucionais: <u>Diálogo Económico</u> com o Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno

No seu discurso inicial, Mário Centeno destacou os seguintes aspetos:

- **Situação económica:** a zona euro regista 6 anos de crescimento, mas há um abrandamento no último ano. Neste âmbito, afirmou que existe um consenso emergente sobre a necessidade de coordenação em situações adversas e de evitar políticas orçamentais pró-cíclicas. Ou seja, se houver uma quebra, não devemos regressar à austeridade, que só agrava a situação.
- Instrumento Orçamental para a Convergência e Competitividade (BICC): é a parte mais recente da arquitetura da zona euro, sendo que em junho e outubro o Eurogrupo chegou a acordo sobre as principais características do desenho deste instrumento (term sheet). A sua finalidade é promover a convergência e a competitividade, beneficiando todos os países da zona euro e fortalecendo a estrutura de coordenação económica. Não é um instrumento de estabilização, sendo os fundos direcionados para as prioridades anuais da zona euro. É expectável que a fase inicial seja modesta, existindo já um amplo consenso para que exista um texto legal específico para o BICC (acordo intergovernamental), separado do Programa de Apoio às Reformas proposto pela Comissão. A dimensão orçamental será definida no contexto do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27.
- Tratado sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MES): em junho, o Eurogrupo chegou a acordo sobre a revisão do Tratado do MES, em aspetos como a disponibilização mais acessível de instrumentos de precaução, um papel mais ativo nos programas de ajustamento e providenciando a garantia de recurso para o Fundo Único de Resolução. A ratificação do Tratado revisto deverá ter lugar em 2020.
- **União Bancária:** considerou que está ao alcance um acordo sobre o Sistema Europeu de Garantia de Depósitos, salientando a recente iniciativa alemã (cfr síntese n.º 15) como um passo na direção certa¹.

No período de debate que se seguiu, foram suscitadas questões como a preocupação com a persistência da assimetria entre os Estados-Membros em indicadores como a dívida pública (Lídia Pereira, PPE), a possível falta de escrutínio democrático sobre o BICC se a opção for a celebração de um acordo intergovernamental (Fernandez, S&D), as questões de igualdade de género nas estruturas de governação (S. Giegold, Verdes) ou a insuficiência anunciada do volume global do BICC face aos cortes previstos na política de coesão (José Gusmão, GUE/NGL)

1

¹ A este título, informa-se que o Deputado Pedro Marques apresentou o <u>projeto de relatório</u> sobre a União Bancária.



Comissão de Agricultura

Realizou, no dia 18.11, uma <u>audição</u> sobre a sustentabilidade da <u>agricultura europeia</u> e o potencial impacto do Acordo com Mercosul, cuja negociação levou 20 anos e cria o maior mercado do mundo (em termos de população) de bens e serviços. Foi presidida pelo Vice-Presidente da AGRI, Deputado Francisco Guerreiro (PAN).

Esta audição versou sobre os possíveis impactos ambientais, sociais e económicos do acordo, bem como as consequências em setores agrícolas específicos. As apresentações feitas estão disponíveis online. Em síntese, a abordagem geral dos peritos foi bastante cautelosa, com algumas notas positivas relativamente a alguns setores (vinho, azeite, queijo), mas considerando que, dada a grande diferenciação nos critérios de produção, as importações de produtos agrícolas do Mercosul poderão efetivamente estabelecer duplos padrões e concorrência injusta para alguns setores, como a carne de aves e bovina, colocando em causa a sua viabilidade.

A Comissão Europeia insistiu na pertinência do acordo, enfatizando os ganhos para os agricultores europeus: abolição de tarifas no azeite e no vinho, a proteção de 357 Denominações de Origem Geográfica contra imitações e as quotas tarifárias para produtos com queijo e outros lácteos. Além disso, referiu que haverá um envelope financeiro de mil milhões de euros para atenuar possíveis impactos negativos do acordo, bem como uma cláusula de salvaguarda a acionar em caso de perturbações sérias do mercado.

Comissão de Igualdade de Género e Direitos da Mulher

Realizou uma <u>audição</u> sobre a <u>violência contra as mulheres</u>, destinada a fazer um ponto de situação nos Estados-Membros. Os trabalhos estão disponíveis <u>aqui</u>.

2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA 2019-2024 - AUDIÇÕES

- Audições parlamentares dos candidatos de França, Hungria e Roménia

A <u>Conferência dos Presidentes do PE encerrou o processo de audições</u> dos comissários indigitados e agendou a votação da nova Comissão para dia 27 de novembro, autorizando a <u>publicação das cartas de avaliação dos 26 comissários indigitados</u>. Tal permitirá, em caso de votação favorável, que a nova Comissão Europeia inicie funções a 1 de dezembro.

No que diz respeito à designação de um Comissário pelo Reino Unido, a Comissão Europeia <u>anunciou</u> a abertura de um procedimento de infração contra este Estado-Membro, <u>estabelecendo o prazo de 22 de novembro</u> para que apresente a sua argumentação formal.



3. PARECERES DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE PROJETOS DE ORÇAMENTO DOS ESTADOS-MEMBROS

A Comissão Europeia apresentou esta semana os seus pareceres sobre os projetos de planos orçamentais dos Estados-Membros da área do euro para 2020. Algumas notas importantes:

- Desde julho deste ano, e pela primeira vez desde 2002, nenhum Estado-Membro da área do euro está sujeito ao procedimento por défice excessivo.
- O rácio dívida pública/PIB da área do euro deverá prosseguir a sua trajetória descendente observada nos últimos anos e passar de cerca de 86 %, em 2019, para cerca de 85 %, em 2020.

No que diz respeito aos pareceres sobre os projetos de planos orçamentais em relação a todos os países da área do euro, destaca-se que:

- Os projetos de planos orçamentais apresentados pela Alemanha, Áustria, Chipre, Grécia, Irlanda, Lituânia, Luxemburgo, Malta e Países Baixos foram considerados conformes com o Pacto de Estabilidade e Crescimento em 2020.
- Os projetos de planos orçamentais da Estónia e da Letónia foram considerados globalmente conformes com o Pacto de Estabilidade e Crescimento em 2020. A aplicação dos projetos de planos orçamentais poderá vir a originar um ligeiro desvio em relação ao objetivo orçamental de médio prazo no que respeita à Letónia e em relação à trajetória de ajustamento com vista à realização deste objetivo no caso da Estónia.
- No caso da Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal, Eslovénia, Eslováquia e Finlândia, os projetos de planos orçamentais apresentam um risco de incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento em 2020. A aplicação dos planos destes Estados-Membros poderá dar origem a desvios significativos das trajetórias de ajustamento com vista à realização dos respetivos objetivos orçamentais de médio prazo.

4. REUNIÕES DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Conselho de Agricultura e Pescas

A <u>reunião</u> teve lugar a 18 de novembro, tendo a Presidência circulado uma <u>nota de</u> enquadramento com os principais temas:

- Pacote de reformas da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020²: foram discutidas as questões relacionadas com "Os aspetos ambientais e climáticos da PAC uma arquitetura verde comum, ambiciosa e flexível", sendo que a Presidência propõe introduzir uma percentagem ou montante comum para objetivos desta natureza, a determinar no contexto do Quadro Financeiro Plurianual (que substitui a proposta da Comissão de dedicar 30% do Fundo Agrícola para Desenvolvimento Rural).
- Regulamento sobre as regras de transição da PAC: a Comissão apresentou as suas propostas (13643/19 + 13644/19), adotadas a 31 de outubro para assegurar certeza e continuidade jurídicas no apoio aos agricultores em 2020 (ano de transição de quadros

² Propostas legislativas que compõem este pacote disponíveis nestas ligações: regulamento sobre plano estratégico PAC (<u>2645/18</u> + <u>ADD 1</u>), regulamento financeiro e de gestão (<u>2634/18</u> + <u>ADD 1</u>), regulamento do mercado comum (<u>9556/18</u>) e avaliação de impacto (<u>9646/18</u> + <u>ADD 1</u>+ <u>ADD 2</u>).



financeiros). Neste debate, registou-se alguma divisão entre os Estados-Membros quanto à duração, com cerca de metade (<u>PT, FR, ES, NL, DK, SE, EE</u>) a pedir um ano, e a outra metade (<u>DE, PL, EL, LU, CZ, RO, SL, SK</u>) a preferir dois anos.

Conselho dos Assuntos Gerais

Esta reunião realizou-se a 19 de novembro, sendo de destacar os seguintes temas discutidos:

- Fortalecimento do Estado de na UE: os Ministros procederam a uma análise do diálogo anual sobre o Estado de Direito e, na ausência de consenso sobre o texto a adotar, optou-se por apresentar Conclusões da Presidência, que enfatizam a importância desta reflexão e inclusão desta matéria nos relatórios anuais da Comissão, sugerindo-se um maior envolvimento dos Estados-Membros no processo. A oposição à adoção de Conclusões foi da Hungria e da Polónia. Além disto, houve uma troca de impressões com o Diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da UE, Michael O'Flaherty.
- Alargamento: foi debatido o caminho a seguir até ao Conselho Europeu da Primavera, onde a questão voltará a ser debatida. A Presidência tomou nota do compromisso partilhado dos Estados-Membros com a perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais e sobre a necessidade de examinar o processo de negociação da adesão.
 - Neste aspeto, a França apresentara, na véspera do Conselho, <u>um documento de reflexão</u> com a sua <u>posição relativa à reforma do processo de alargamento</u>. Seguiu-se uma <u>carta de seis Estados-Membros (Áustria, República Checa, Polónia, Eslováquia, Itália e Eslovénia)</u> manifestando apoio à ideia de reformar o atual processo, mas definindo um prazo para que a questão não se atrase indefinidamente.
- Quadro Financeiro Plurianual 2021-27: a Presidência indicou que planeia apresentar a Negotiating Box completa com os números no final de novembro, para apreciação do Conselho de Assuntos Gerais de dezembro, antes do Conselho Europeu;
- Oceanos e mares: o Conselho adotou conclusões sobre os oceanos e os mares, em que sublinha que as alterações climáticas constituem uma ameaça direta e existencial à vida nos oceanos e mares a nível mundial. Além disso, apela a uma maior intervenção estratégica a todos os níveis de governo para proteger os ecossistemas marinhos e costeiros e regista com grande preocupação o aquecimento dos mares regionais europeus a um ritmo mais acelerado do que a média.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

Realizada a <u>21 de novembro</u>, estando os <u>principais resultados</u> disponíveis, sendo de destacar a <u>discussão</u> em torno da reforma da OMC, as relações comerciais UE-EUA e a implementação dos acordos comerciais celebrados pela UE.

Conselho de Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Realizada a 21 e 22 de novembro, podendo a síntese ser consultada aqui.



5. OUTROS ASSUNTOS

Debates nos Parlamentos nacionais sobre assuntos europeus

No passado dia 13 de novembro, o Parlamento sueco teve um debate em Plenário sobre a política europeia e as prioridades suecas na UE, com a intervenção de todos os líderes partidários. Foi a primeira vez que um debate desta natureza teve lugar e pode ser visionado, em língua inglesa, aqui.

O discurso do 1.º Ministro sueco, <u>Stefan Löfven</u> (S&D), foi bastante positivo em relação à UE, estando disponível integralmente <u>aqui</u>. O ponto mais controverso foi a possibilidade de um subsídio de desemprego europeu, algo que suscita reservas fortes nos vários grupos políticos.

Em França, realizou-se, no dia 30 de outubro, a primeira Conferência de Consenso Europeu sobre a Política Agrícola Comum, reunindo Deputados das Comissões de Assuntos Europeus da Assembleia nacional francesa e do Senado com os Deputados franceses ao Parlamento Europeu. O objetivo era estabelecer um consenso entre parlamentares franceses, para lá das diferenças partidárias, sobre o futuro da PAC (2021-2027) no quadro da negociação europeia sobre esta matéria. Esta Conferência alcançou um texto comum, com o acordo de todos os partidos nacionais e europeus representados, que apela à manutenção do valor atual da PAC (contra a redução de 15% que a Comissão Europeia propõe), alertando para os "perigos de renacionalização" desta política. O vídeo integral está disponível aqui.

Regiões ultraperiféricas - declaração política

Portugal, a Espanha, a França e as nove regiões ultraperiféricas (RUP) promoveram um encontro para assinalar a cooperação no domínio do artigo 349.º do TFUE, tendo adotado uma declaração política a reiterar a necessidade de que a especificidade das RUP seja respeitada. Regista-se, ainda, a menção específica às RUP na carta de missão da Comissária Elisa Ferreira, responsável pela Coesão e Reformas.

Orçamento da UE para 2020: acordo entre o PE e o Conselho

O <u>Conselho e o Parlamento Europeu</u> chegaram a <u>acordo</u> sobre um orçamento da UE para 2020 que incide fortemente no crescimento e na competitividade, na ação climática e noutras prioridades da UE, como a segurança e a gestão da migração. As autorizações totais foram fixadas em 168,7 mil milhões de euros. Este montante representa um aumento de 1,5 % em comparação com o orçamento da UE para 2019 com as alterações que foram introduzidas. Assim, ficam disponíveis 1,5 mil milhões de euros dentro dos limites máximos das despesas do quadro financeiro plurianual para 2014-2020, permitindo à UE reagir a necessidades imprevistas.

Donald Tusk eleito Presidente do Partido Popular Europeu

O ainda Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, foi eleito Presidente do PPE, função que assumirá a partir de dezembro de 2019. No <u>Congresso do PPE</u>, em Zagreb, Tusk proferiu um <u>discurso sobre as prioridades</u> desta família política para os próximos anos. O Deputado Paulo



Rangel foi eleito Vice-Presidente do PPE. Em termos de balanço do seu mandato como Presidente do Conselho, sugere-se a consulta do <u>discurso proferido na abertura do ano académico do Colégio da Europa</u>, em Bruges.

Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO

Realizou-se esta semana a <u>Cimeira de MNEs da NATO</u>, que destacamos aqui pelo facto de terem sido tomado decisões importantes como o reconhecimento do espaço como um novo domínio operacional da Aliança Atlântica e a receptividade à criação de um grupo de peritos para refletir sobre o pensamento estratégico da NATO. Tal surge na sequência de uma <u>proposta do MNE alemão</u> e tem sido entendida como uma resposta às <u>questões suscitadas pelo Presidente francês na recente entrevista ao Economist</u>.

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu (Sessão Plenária)

- <u>Eleição da nova Comissão Europeia 2019-2024</u>
- <u>Debate sobre a cimeira europeia de 12 e 13 de dezembro</u>
- Encontro do 1.º Ministro de Portugal com o Presidente do PE
- Emergência climática: Neutralidade carbónica o mais tardar até 2050
- Medidas para combater a violência contra as mulheres

Na segunda-feira, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, o PE vai debater a adesão à Convenção de Istambul e outras medidas para combater a violência de género.

- Prémio de Cinema Lux 2019: vencedor anunciado em 27 de novembro
- Oleg Sentsov em Estrasburgo para receber o Prémio Sakharov

Conselho da União Europeia

Conselho dos Negócios Estrangeiros – Desenvolvimento (25.11)

Conselho (Competitividade) (28 e 29.11)

Bruxelas | 22 de novembro de 2019 Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73 Para consultar as Sínteses anteriores, clique <u>aqui</u>.